

AINST/16/00049 — Relatório final da CAE

I - Avaliação da Instituição

Perguntas A1. e A2.

A1.1 Instituição de Ensino Superior:

Instituto Superior De Comunicação Empresarial

A1.2 Entidade instituidora:

Centro Europeu De Estudos Superiores De Comunicação Empresarial, S. A.

A2. Natureza da instituição:

Outro Politécnico

Requisitos Gerais

A3. Projeto educativo, científico e cultural da Instituição.

A3.1. Projeto educativo, científico e cultural da Instituição.

Está definido e é coerente com a natureza politécnica e a missão da Instituição

A3.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Segundo o Relatório de Autoavaliação o projeto Educativo, Científico e Cultural assenta numa forte ligação à comunidade empresarial, com um modelo de ensino que valoriza o saber e o saber-fazer. Este modelo pedagógico inclui a realização de projetos temáticos semestrais de aplicação empírica de conhecimentos (Ateliers) e de Estágios, cujo objetivo é atenuar a distância que normalmente separa a formação teórica (por melhor e mais atualizada que esta seja) da sua aplicação prática. O ISCEM estipula um conjunto de intervenções nas seguintes vertentes: educação e ciência; inserção na comunidade; e recursos humanos e materiais.

O projeto educativo, científico e cultural não se encontra disponível no website do ISCEM.

A4. Organização e gestão

A4.1. Órgãos de governo da Instituição e das suas Unidades Orgânicas estatutariamente consagrados

A4.1.1 Órgãos de governo da Instituição e das suas Unidades Orgânicas estatutariamente consagrados.

Existem, mas não satisfazem as condições legais ou não funcionam regularmente

A4.1.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Órgãos do ISCEM:

- O diretor;
- O diretor-adjunto;
- O conselho técnico-científico (Presidente o diretor);
- O conselho pedagógico (Presidente o Diretor).

Acumulação de funções pela mesma pessoa, que vão desde a presidência da entidade instituidora até à direção, presidência do Conselho Técnico-Científico e presidência do Conselho Pedagógico, ficando comprometida a independência entre a entidade instituidora e o estabelecimento de ensino (n.º 2 do artigo 138.º do RJIES), podendo também prejudicar as autonomias científica e pedagógica.

Nos estatutos não está garantida a paridade entre os representantes dos professores e estudantes no Conselho Pedagógico, dada a presença de 2 elementos da direção. Os estudantes para este órgão não são eleitos, sendo nomeados/convidados pela direção do instituto (n.º 1 do artigo 104.º a que remete o artigo 145.º do RJIES).

Também se constatou que os Conselhos Técnico-Científico e Pedagógico reúnem com pouca frequência, em média três vezes ao ano, fundamentalmente para responderem a questões legais, fazendo fé nas respetivas atas e no que foi referido nas reuniões com os professores e os estudantes.

Também se constatou que a aprovação pelo CTC do reconhecimento dos professores enquanto especialistas ocorreu sempre por unanimidade, sendo que, em alguns casos, os próprios visados votaram o seu próprio reconhecimento enquanto especialistas, procedimento que não é legal.

Também não se recolheram evidências da existência do provedor do estudante.

O texto parece tão global e geral que quase perde significado, o ISCEM poderia ser encorajado a elaborar uma Declaração de Missão mais curta e mais focada com valores menos gerais e mais ênfase nas competências essenciais da instituição e as qualificações específicas de seus candidatos.

A4.2. Autonomia científica e pedagógica do estabelecimento

A4.2.1 É assegurada a autonomia científica e pedagógica do estabelecimento:

Em parte

A4.2.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Como se referiu no ponto anterior, a acumulação de funções pela mesma pessoa, que vão desde a presidência da entidade instituidora até à direção, presidência do Conselho Técnico-Científico e presidência do Conselho Pedagógico, deixa comprometida a independência entre a entidade instituidora e o estabelecimento de ensino (n.º 2 do artigo 138.º do RJIES), bem como pode prejudicar as autonomias científica e pedagógica.

Nos estatutos não está garantida a paridade entre os representantes dos professores e estudantes no Conselho Pedagógico, dada a presença de 2 elementos da direção. Os estudantes para este órgão não são eleitos, sendo nomeados/convidados pela direção do instituto (n.º 1 do artigo 104.º a que remete o artigo 145.º do RJIES).

A4.3. Participação de docentes, investigadores e estudantes no governo do estabelecimento

A4.3.1 É assegurada a participação de docentes, investigadores e estudantes no governo do estabelecimento:

Em parte

A4.3.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Também já foi referido que nos estatutos não está garantida a paridade entre os representantes dos professores e estudantes no Conselho Pedagógico, dada a presença de 2 elementos da direção. Os estudantes para este órgão não são eleitos, sendo nomeados/convidados pela direção do instituto (n.º 1 do artigo 104.º a que remete o artigo 145.º do RJIES).

Por outro lado também se constatou que os Conselhos Técnico-Científico e Pedagógico reúnem com pouca frequência, em média três vezes ao ano, fundamentalmente para responderem a questões legais, fazendo fé nas respetivas atas e no que foi referido nas reuniões com os professores e os

estudantes.

A4.4. Sistema interno de garantia da qualidade

A4.4. Sistema interno de garantia da qualidade (artigo 4º, nº 1, alínea c) do RJAES):

Existe, a nível da Instituição, não estando certificado pela A3ES (campo A4.4.2)

A4.4.1. Evolução do sistema (no caso de sistema certificado pela A3ES).

Sistema interno de garantia da qualidade definido a nível da Instituição e certificado pela A3ES:
N.A.

A4.4.2. Breve descrição do sistema (no caso de sistema não certificado pela A3ES)

Sistema interno de garantia da qualidade definido a nível da Instituição e ainda não certificado pela A3ES:

Segundo o RAA a política para a qualidade no Instituto Superior de Comunicação Empresarial (ISCEM) constitui um vetor fundamental da sua estratégia de desenvolvimento e consubstancia-se num Sistema Interno de Garantia da Qualidade (SIGQ), que assenta essencialmente nos seguintes pilares:

- a) Criação do Gabinete de Qualidade (GQ), que assume a responsabilidade pelo planeamento e controlo do SIGQ institucional;
- b) Adoção das referências emanadas das Normas ISO 9001:2008, tendentes à certificação do Centro Europeu de Estudos Superiores de Comunicação Empresarial (CEESCE, SA) e das suas estruturas;
- c) O Manual da Qualidade (MQ), onde se define o dispositivo organizacional e o funcionamento do sistema, incluindo, designadamente: a articulação da estratégia do ISCEM com a política da qualidade; as competências e relações entre os órgãos de governo que intervêm na concepção, validação, concretização e melhoria das orientações normativas e dos meios da garantia da qualidade; os processos, planos e relatórios que evidenciam a garantia da qualidade no ISCEM. O MQ é revisto anualmente ou sempre que seja necessário introduzir alguma modificação.
- d) O Plano de Atividades Anual (PAA), que especifica ações a desenvolver, metas a alcançar, seus responsáveis e prazos a cumprir. Não há evidências de como a equipe e os alunos são familiarizados com o AAP.

O manual da qualidade está disponível no website.

Constatou-se que o SIGQ ainda é incipiente, para além da estrutura anteriormente referida não existem evidências de planos de ação com medidas para ultrapassarem as carências identificadas nos relatórios das unidades curriculares e dos inquéritos aos estudantes, estando assim interrompido o processo de melhoria continua, fim último do SIGQ.

A5. Ensino

A5.1. Procura e acesso

A5.1.1. A instituição tem uma política de recrutamento de novos estudantes:

Em parte

A5.1.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Não há uma política de captação de alunos, sendo esta resumida ao “passa palavra”.

Em comparação com os dados da DGES para o ano letivo 2016/2017, verifica-se um número decrescente de alunos nas Licenciaturas (153 para 118) e nos Mestrados (15 para 9), compensados pelos 2 novos Tesp (0 para 36).

Os Mestrados com muito baixa procura (4 estudantes/ano).

O número reduzido de estudantes, particularmente nos cursos de mestrado, é um dos maiores constrangimentos do ISCEM.

Apesar do RAA apresentar as atividades desenvolvidas para atrair estudantes, ao longo da visita foi referido que é necessário fazer muito mais a este nível.

Os CTeSP e os estudantes internacionais foram os caminhos apontados para o aumento do número de estudantes.

A5.2. Sucesso escolar

A5.2.1. A instituição tem políticas para promover o sucesso escolar e a integração dos estudantes:

Não

A5.2.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Observa-se uma taxa de conclusão do curso baixa, com exceção da Licenciatura em Comunicação Empresarial.

Não foram identificadas medidas de combate ao abandono e ao insucesso escolar.

A5.3. Ligação à investigação orientada

A5.3.1. A instituição tem medidas que garantem o contacto dos estudantes com a investigação orientada desde os primeiros anos:

Em parte

A5.3.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

O RAA refere que os alunos são envolvidos na investigação orientada de diversos modos: aula, laboratórios, Estudos de Mercado, Pesquisa de Mercado, Marketing Digital, Comunicação de Produto e Inovação e Desenvolvimento de Novos Produtos, Comportamento e Psicossociologia do Consumidor, Ateliers, Portas Abertas e conferências.

Das reuniões com os docentes e com os estudantes foi possível apurar que a participação dos estudantes dá-se com os estágios e em alguns eventos organizados pelo ISCEM. Contudo, estas atividades não são propriamente de investigação.

A5.4. Inserção dos diplomados no mercado de trabalho

A5.4.1. A Instituição promove de forma eficaz a monitorização da empregabilidade e o apoio aos estudantes para a sua inserção no mercado de trabalho:

Sim

A5.4.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Dos dados apresentados conclui-se que do ano 2012 a 2015 a taxa de empregabilidade tem vindo a subir, só no último ano houve uma ligeira descida principalmente na licenciatura de Gestão de Marketing.

Também é referido que o Gabinete de Estágios é por isso o órgão que está diretamente em contacto com o mundo exterior e faz o elo de ligação entre os alunos e as empresas.

O facto de grande parte dos docentes terem ligação profissional com empresas e a relação próxima com os diplomados favorecem a inserção destes no mercado de trabalho.

A6. O corpo docente

A6.1. A Instituição dispõe de um corpo docente adequado e tem uma política de recrutamento:

Em parte

A6.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

O Corpo docente é constituído por 22 docentes (11,07 ETI), dos quais 4 (36%; >15%) são doutores a tempo integral. São indicados 12 docentes (5,57 ETI; 50% (>35%)) reconhecidos como especialistas pelo CTC.

Apesar do cumprimento dos requisitos, em termos de rácios, não se pode deixar de realçar o reduzido número de docentes a tempo integral.

Verifica-se que alguns docentes têm elevadas cargas horárias (469 – 489/ano).

Dois docentes estavam em tempo integral em mais do que uma instituição de Ensino superior. No entanto, durante a visita esta questão foi clarificada, tendo o ISCEM tomado precauções para evitar este tipo de situações.

Também não é favorável aos princípios da transparência e da independência a preferência da instituição pelo reconhecimento dos especialistas pelo CTC em detrimento do regime de atribuição do título de especialista, que requer um júri constituído por representantes de várias instituições e com prestação de provas públicas.

A Instituição mostrou desconhecer todo o processo de atribuição do título de especialista aos docentes.

Constatou-se não estar a ser aplicado nenhum sistema de avaliação do desempenho dos docentes, pois o Regulamento de avaliação que foi apresentado na visita só entra em vigor em 2018.

A7. A atividade científica e tecnológica

A7.1. Políticas de investigação orientada, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento profissional de alto nível

A7.1.1. A Instituição tem uma política para a investigação orientada, o desenvolvimento tecnológico e o desenvolvimento profissional de alto nível, e para a sua valorização económica:

Não

A7.1.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

O RAA refere que o ISCEM tem duas linhas de investigação ativas: Branding e Media Sociais. O RAA também refere que são os docentes que decidem sobre as linhas de investigação, o que foi confirmado pelos próprios docentes.

Não constatámos evidências de uma política de investigação. Também não verificámos existir uma prática investigativa por parte dos docentes.

O programa dos cursos é facilmente encontrado no site, e a estrutura em anos e semestres, bem como o conteúdo dos semestres individuais, parece clara.

A7.2. Políticas de prestação de serviços à comunidade

A7.2.1. A Instituição dispõe de uma política institucional consistente para a prestação de serviços à comunidade, adequada à sua contribuição para o desenvolvimento regional e nacional:

Não

A7.2.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Não foi evidenciada a existência de uma política de prestação de serviços externos e consultadoria.

No RAA as políticas de ligação à comunidade são divididas em 3 tipos: pedagógicas, científicas e lúdicas.

O ISCEM faz atividades “lúdicas” com a comunidade, mas não é claro que haja atividades de prestação de serviços.

Além disso, os objetivos dessas atividades não são claros.

A7.3. Políticas de captação de receitas próprias

A7.3.1. A instituição tem uma política de captação de receitas próprias e o seu nível é adequado:

Não

A7.3.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Não foram identificadas estratégias para captação de receitas próprias, para além das receitas das propinas e aluguer de espaços.

A8. Políticas de colaboração nacional

A8.1. A Instituição dispõe de uma política institucional para a cooperação com outras instituições nacionais:

Em parte

A8.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Refere os estágios curriculares, um consórcio com uma IES (UNEP CONSORTIA - Rede Universitária para Erasmus Placement, da qual o ISCEM é o coordenador) e quatro empresas.

A9. Políticas de internacionalização

A9.1. A Instituição dispõe de uma política institucional para a internacionalização:

Em parte

A9.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Refere que o ISCEM, na sua matriz, integra uma rede internacional de origem francesa, a EFAP - École des Métiers de la Communication mas nada consta sobre a atividade e os resultados dessa rede.

Tem acordos de Cooperação com uma rede de instituições.

Internacionalização muito virada para os PALOP.

Os fluxos de mobilidade dos estudantes outgoing são reduzidos, e não há evidências de medidas estratégicas a serem tomadas para se aumentar.

A10. Instalações

A10.1. A Instituição dispõe de instalações com as características exigíveis à ministração de ensino politécnico:

Em parte

A10.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Foram apontadas deficiências ao nível do acesso à internet, do horário da biblioteca e da sua desatualização, bem como da sala de informática. Estes reparos já vêm sendo feitos nos relatórios dos inquéritos aos estudantes.

A11. Serviços de ação social

A11.1. São assegurados serviços de ação social:

Em parte

A11.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

O ISCEM tem como mecanismos de ação social dois tipos de bolsas:

- 1) Bolsas de Estudo da DGES (SICABE);
- 2) Bolsas de Estudo PALOP (ISCEM);

O ISCEM não tem cantina nem residência. Apenas disponibiliza um espaço para os estudantes fazerem a sua refeição.

A12. Informação para o exterior

A12.1. A Instituição publicita de forma adequada informação sobre a oferta educativa, incluindo os relatórios de autoavaliação e avaliação externa e das decisões da Agência:

Em parte

A12.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Confirma-se que está disponível, através do site do ISCEM, informação sobre a oferta formativa, a empregabilidade dos diplomados e as decisões da A3ES decorrentes da avaliação aos cursos.

Embora esta informação se encontre apenas nos relatórios anuais e não de forma imediata no site.

No RAA diz-se que os relatórios de autoavaliação e de avaliação externa dos ciclos de estudos e as decisões da Agência encontram-se no separador ISCEM/Relatórios Anuais. No entanto apenas estão disponíveis os Relatórios anuais do ISCEM.

A Deliberação da Acreditação dos Cursos do ISCEM pela A3ES está disponível no site mas não de forma intuitiva.

Não está disponível o relatório de autoavaliação.

Requisitos Especificos

A13. Oferta educativa

A13.1. INSTITUTO POLITÉCNICO: A Instituição dispõe de, pelo menos:

- Duas escolas de áreas diferentes;
- Quatro ciclos de estudos de licenciatura acreditados, dois dos quais técnico-laboratoriais, em pelo menos duas áreas diferentes compatíveis com a missão própria do ensino politécnico.

OUTRO ESTABELECIMENTO DE ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO:A Instituição dispõe de,

pelo menos:

- Um ciclo de estudos de licenciatura acreditado.

Sim

A13.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

A Instituição dispõe de:

- Dois ciclos de estudos de licenciatura acreditados;
- Dois ciclos de estudos de mestrado acreditados.

A14. Corpo docente

A14.1. No conjunto dos docentes e investigadores que desenvolvam atividade docente ou de investigação, a qualquer título, na Instituição:

- A Instituição dispõe, no mínimo, de um especialista ou doutor por cada 30 estudantes;
- Pelo menos 15% são doutores em regime de tempo integral;
- Para além desses doutores, pelo menos 35% são especialistas (que poderão ser igualmente detentores do grau de doutor).

Em parte

A14.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Apesar de resultar o cumprimento dos requisitos legais verifica-se existir um número de docentes reduzido (22; 11,07 ETI).

Apenas 7 docentes a tempo integral, dos quais 4 são doutores, sendo apenas 1 na área da comunicação.

Docentes a tempo integral com cargas horárias elevadas.

Docentes com reconhecimento de especialista pelo Conselho Técnico-Científico e nenhum com o Título de Especialista.

A15. Observações

A15. Observações

<sem resposta>

II - Avaliação das Unidades Orgânicas

B1. Ensino

B1.1. Adequação da oferta educativa

Apreciação geral da adequação da oferta formativa das Unidades Orgânicas da Instituição, face, designadamente, à missão de uma Instituição de natureza politécnica.

Oferta de banda estreita, muito especializada.

A introdução dos cursos Técnicos Superiores Profissionais vem alargar a fileira formativa o que, a ser desenvolvido, pode ser positivo para a instituição.

B1.2. Estudantes

Apreciação geral da evolução do número de estudantes nas Unidades Orgânicas.

O número de estudantes é um ponto crítico, pondo em causa a manutenção dos docentes do instituto.

O número de inscritos nos cursos de mestrado é manifestamente insuficiente para a manutenção da oferta.

B1.3. Diplomados

Apreciação geral da evolução do número de diplomados nas Unidades Orgânicas.

Não foram apresentadas evidências, devidamente sistematizadas, sobre o percurso dos diplomados.

B2. Corpo docente

B2.1. Adequação em número, qualificação e especialização

Apreciação geral da adequação do corpo docente das Unidades Orgânicas.

Número de docentes reduzido (22; 11,07 ETI).

Apenas 7 docentes a tempo integral, dos quais 4 são doutores, sendo apenas 1 na área da comunicação.

Docentes a tempo integral com cargas horárias elevadas.

Docentes com reconhecimento de especialista pelo Conselho Técnico-Científico e nenhum com o Título de Especialista.

B2.2. Estabilidade e dinâmica de formação

Apreciação geral do grau de estabilidade do corpo docente das Unidades Orgânicas.

O corpo docente permanente na instituição é muito reduzido e não se recolheram evidências sobre a formação e atualização do corpo docente.

Perguntas B3. a B5.

B3. Instalações

Apreciação geral da adequação das instalações das Unidades Orgânicas.

A Biblioteca e a sala de computadores, situadas no último andar do edifício, estão frequentemente encerradas dada a baixa procura por parte dos estudantes. Também foi apontada a necessidade de atualização das obras disponíveis na biblioteca e dos equipamentos informáticos.

Realça-se a deficiência nas acessibilidades, dado que se constatou que o elevador estava avariado e não havia alternativa para pessoas com deficiência.

Ainda se verificou a falta de climatização das instalações.

B4. Atividades de investigação orientada, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento profissional de alto nível

Apreciação geral das atividades de investigação orientada, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento profissional de alto nível nas Unidades Orgânicas.

Não foi evidenciada a existência de uma política de investigação nem práticas de investigação por parte dos docentes. Apenas se registaram algumas atividades desenvolvidas entre os professores e os estudantes, que decorrem da atividade profissional dos docentes.

B5. Produção artística

Apreciação geral das atividades de produção artística nas Unidades Orgânicas.

Não aplicável

Perguntas B6. a B7.

B6. Prestação de serviços à comunidade

Apreciação geral das atividades de prestação de serviços à comunidade (incluindo atividades de promoção cultural, artística e desportiva) nas Unidades Orgânicas.

Não foram identificadas atividades de prestação de serviços que se traduzam em receitas para a instituição

B7. Colaboração nacional e internacional

Apreciação geral das atividades em cooperação nacional e internacional nas Unidades Orgânicas.

Foram identificadas algumas parcerias mas não foram evidenciados resultados.

B8. Sistema interno de garantia da qualidade

B8. Sistema interno de garantia da qualidade

No caso de o sistema estar definido a nível institucional (certificado ou não pela A3ES) preencher o campo B8.3.

B8.1. Evolução do sistema (no caso de sistemas certificados a nível de Unidade Orgânica)

Apreciação geral da evolução dos sistemas certificados a nível de Unidade Orgânica, desde a sua certificação.

<sem resposta>

B8.2. Breve descrição do sistema (no caso de sistemas não certificados a nível de Unidade Orgânica)

Apreciação geral do estado de desenvolvimento dos sistemas definidos a nível de Unidade Orgânica não certificados pela A3ES.

<sem resposta>

B8.3. Contributo da Unidade Orgânica para o funcionamento do sistema (no caso de sistema a nível da Instituição)

Apreciação do contributo das Unidades Orgânicas para o funcionamento do sistema interno de garantia da qualidade da Instituição.

Sistema Interno de Garantia da Qualidade muito incipiente.

B9. Apreciação global, pontos fortes, pontos fracos e recomendações de melhoria

B9.1. Apreciação global das Unidades Orgânicas

Apreciação global da organização e funcionamento das Unidades Orgânicas.

As maiores dificuldades têm a ver com a concentração das funções de gestão e com a fraca procura de estudantes.

B9.2. Áreas de excelência

Identificação de áreas de excelência.

Não foram identificadas áreas de excelência.

B9.3. Áreas com fragilidades

Identificação de áreas com fragilidades específicas.

Foram identificadas várias áreas com fragilidades, nomeadamente:

O SIGQ está em fase de construção, não tendo ainda resultados e não estando certificado pela A3ES;
Corpo docente reduzido, com sobrecarga de horas letivas. Não está implementado o processo de avaliação dos docentes;

Não existem projetos de investigação orientada;

O nível de internacionalização é reduzido.

B9.4. Recomendações de melhoria

Recomendações de melhoria da organização e funcionamento das Unidades Orgânicas.

Mencionadas em C4.

B10. Observações

B10. Observações

<sem resposta>

III - Apreciação global da instituição

Perguntas C1. a C5.

C1. Apreciação global

Apreciação global da Instituição.

Através da atividade demonstrada, em geral, o ISCEM enquadra-se na missão politécnica, parecendo ter sido uma boa decisão, em 2013, de mudar o seu estatuto de instituição universitária para politécnica.

O plano estratégico é público.

A acumulação de funções por parte da mesma pessoa levanta incompatibilidades legais, pedagógicas e científicas.

O SIGQ é muito incipiente.

O nº de estudantes é reduzido, particularmente nos cursos de mestrado.

O corpo docente permanente na instituição é muito reduzido e não se recolheram evidências sobre a formação e atualização do corpo docente.

Número reduzido de docentes a tempo integral e com cargas horárias excessivas.

Desconhecimento do processo de atribuição do título de especialista e constatou-se que a aprovação pelo CTC do reconhecimento dos professores enquanto especialistas ocorreu sempre por unanimidade, sendo que, em alguns casos, os próprios visados votaram o seu próprio reconhecimento enquanto especialistas.

À data da visita não estava a ser aplicado nenhum sistema de avaliação do desempenho dos docentes, pois o Regulamento de avaliação que foi apresentado na visita ainda não tinha entrado em vigor.

Não se verificou existir uma prática investigativa por parte dos docentes.

Não foi evidenciada a existência de uma política de prestação de serviços externos e consultadoria.

Foram identificadas algumas parcerias mas não foram evidenciados resultados.

Não foram identificadas estratégias para captação de receitas próprias, para além das receitas das propinas e aluguer de espaços.

Praticamente não há mobilidade OUT e não há evidências de medidas estratégicas a serem tomadas para se aumentar.

Internacionalização muito virada para os PALOP.

Este quadro revela existirem grandes fragilidades na Instituição.

C2. Pontos fortes

Pontos fortes da organização e funcionamento da Instituição.

Tradição na formação em Comunicação Empresarial.

Tenta equilibrar o corpo docente entre académicos e especialistas.

Proximidade entre os professores, estudantes e diplomados.

Apesar de estar no início regista-se a aposta nos cursos Técnicos Superiores Profissionais.

C3. Pontos fracos

Pontos fracos da organização e funcionamento da Instituição.

Quanto aos órgãos, foram detetadas as seguintes deficiências:

- Acumulação de funções pela mesma pessoa, que vão desde a representação da entidade instituidora até à direção, presidência do Conselho Técnico-Científico e presidência do Conselho Pedagógico, ficando comprometida a independência entre a entidade instituidora e o estabelecimento de ensino (n.º 2 do artigo 138.º do RJIES).
- No RJIES está previsto que o Diretor possa assumir funções, por inerência, como presidente do CTC e CP (n.º 8 do art.º 102º e n.º 2 do art.º 104º do RJIES), no entanto, não consta nem se justifica que o Diretor adjunto tenha assento nestes órgãos por inerência de funções, tal como é descrito nos Estatutos do ISCEM.
- Nos estatutos não está garantida a paridade entre professores e estudantes no Conselho Pedagógico.
- Os estudantes para este órgão não são eleitos (n.º 1 do artigo 104.º a que remete o artigo 145.º do RJIES), sendo nomeados/convidados pela direção do instituto.

O SIGQ ainda é quase inexistente, não havendo evidências de planos de ação com medidas para ultrapassarem as carências identificadas nos relatórios das unidades curriculares e dos inquéritos aos estudantes, estando assim interrompido o processo de melhoria continua.

A estabilidade do corpo docente não é suficiente e não existe política de recrutamento..

Também não é favorável aos princípios da transparência e da independência a preferência da instituição pelo reconhecimento dos especialistas pelo CTC em detrimento do regime de atribuição do título de especialista, que requer um júri constituído por representantes de várias instituições e com prestação de provas públicas.

O número de estudantes é muito reduzido, em particular nos cursos de mestrado, e não existe uma política de captação de alunos..

Não se registaram evidências sobre a existência de medidas de combate ao abandono e ao insucesso escolar.

Não existem evidências de uma política de investigação e de prestação de serviços.

Os fluxos outgoing de mobilidade dos estudantes são baixos e não existe política de internacionalização.

Sobre as instalações:

- Biblioteca e a sala de computadores são pouco acessíveis, pois estão localizadas no último andar, e

têm horários desadequados.

- Espolio da biblioteca desatualizado e necessidade de atualização dos equipamentos informáticos.
- Rede de internet com deficiências
- Verificou-se a falta de climatização das instalações.

Informação para o exterior

- A Deliberação da Acreditação dos Cursos do ISCEM pela A3ES está disponível no site mas não de forma intuitiva.
- Não estão disponíveis os relatórios de autoavaliação e de avaliação dos ciclos de estudos e não há qualquer referência à avaliação Institucional.

C4. Recomendações de melhoria

Recomendações de melhoria da organização e funcionamento da Instituição.

Encorajar o ISCEM a elaborar uma Declaração de Missão mais curta e mais focada com valores menos gerais e mais ênfase nas competências essenciais da instituição e as qualificações específicas de seus candidatos.

Implementar as alterações necessárias para cumprir os requisitos legais, designadamente:

- Assegurar a independência a entidade instituidora e o estabelecimento de ensino (n.º 2 do artigo 138.º do RJIES).
- Garantir a paridade entre professores e estudantes no Conselho Pedagógico e os estudantes serem eleitos para o órgão (n.º 1 do artigo 104.º a que remete o artigo 145.º do RJIES).
- Assegurar que os professores de carreira representam, pelo menos, 70% dos docentes (artigo 30.º do ECPDESP).

Aprofundar o SIGQ.

Estimular o ISCEM a definir uma política de investigação, de internacionalização e de prestação de serviços, com planos de ação e respetiva monitorização.

Estimular o ISCEM a implementar uma política de recrutamento que vá ao encontro dos requisitos legais e ao desenvolvimento da matriz do Instituto.

Estimular o ISCEM a implementar um plano de intervenção nas instalações do Instituto de modo a ultrapassar as deficiências encontradas, proporcionando um ambiente de ensino-aprendizagem e de pesquisa mais adequado às exigências atuais.

Melhorar a informação prestada ao exterior.

C5. Recomendação Final

(Acreditar, Acreditar com condições, Não Acreditar)

Face às fragilidades apontadas, em que algumas vão contra os requisitos legais estabelecidos, recomenda-se Não Acreditar a Instituição.

RESPOSTA À PRONÚNCIA APRESENTADA PELA INSTITUIÇÃO

A CAE emite o seguinte parecer:

- A.3.2: O Instituto declara que o Projeto Educativo, Científico e Cultural do ISCEM se encontra disponível no site do ISCEM. Aspeto formal ultrapassado.
- A4.1.2. / A4.2.2: O Instituto vem argumentar sobre a acumulação de funções. Para além de estar em causa o nº2 do artigo 138º do RJIES também colide com o n.º 3 do artigo 11.º. Dá indicações de abertura para rever a situação, caso o CA da A3ES tiver outro entendimento. Contudo, nenhuma alteração objetivamente foi produzida, o que leva a CAE a reiterar o que fez constar no relatório.
- A4.1.2. / A4.2.2./ A4.3.2: O Instituto menciona a intenção de alterar os estatutos para prever a

paridade dos estudantes no Conselho Pedagógico e de criar um regulamento específico para os CTC e CP, colmatando as falhas de constituição e de funcionamento detetadas. A CAE regista com agrado mas, objetivamente, não passa de uma declaração de intenções, o que não justifica a CAE a alterar o relatório.

Ainda a este respeito, o Instituto afirma que os estudantes que integram o CP são indicados pelos pares. A CAE reafirma que não foi essa a informação que recolheu durante a visita, a pronúncia não apresenta evidências do contrário e, ainda assim, a lei exige que os alunos sejam eleitos para o CP e não indicados. Face ao exposto a CAE reitera a referência no relatório a este propósito.

- A4.4.2.: O Instituto não acrescenta informação face ao constatado na visita. A CAE regista com agrado a a intenção

do Instituto aprofundar o Sistema Interno de Garantia da Qualidade. A CAE considera que o relato da pronúncia não conduz a qualquer alteração no relatório.

- A7.1.1. / B4. O Instituto refere que se propõe criar planos de ação e a respetiva monitorização para a política de investigação. Estamos novamente perante uma declaração de intenções não justificando alterações ao relatório.

- A9.1 / A9.2. / B9.3.: A pronúncia vem revelar números da mobilidade de alunos bastante diferentes dos divulgados no RAA e durante a visita. Estranha-se, contudo, a menção a alunos em mobilidade no ano 2018/2019, que ainda nem teve início! Face à informação que foi possível comprovar, apenas quanto a outgoing de estudantes, a CAE mantém a referência no relatório.

- A12.2.: O Instituto refere que os relatórios de autoavaliação e de avaliação externa dos ciclos de estudos e as decisões da Agência vão ser colocados de imediato no separador ISCEM/Relatórios Anuais, o que à data desta apreciação ainda não tinha acontecido. Face ao exposto não se justifica qualquer alteração ao relatório.

- Não são discutidos alguns aspetos mencionados na pronúncia por não trazerem informação relevante ou não serem críticos em relação à recomendação final.

Face à apreciação da pronúncia, a CAE reitera o parecer emitido de “Não Acreditar”.